

Por uma literatura sem muros Um depoimento

Aida Gomes

Escritora

África

Para começar do princípio. De Heródoto (484-425 a.C.) diz-se ter-nos chegado a primeira referência escrita a África, quando supostamente descreveu tentativas de expedições fenícias ao redor do continente e especulou sobre as origens do misterioso rio Nilo. Duvidou-se do relato e, desde essa época o continente parece cercado pela contradição da oposição a teses historicamente defendidas e intenções idealizadas. Evoca-se, ao escrever-se de e sobre África, querendo-se ou não, a pele de uma geografia conhecida ou desconhecida; as nervuras de uma história imaginada ou vivida; as convulsões de uma política retumbante ou silenciosa, ao mesmo tempo que se sofre, se exulta e se rejuvenesce. Njami (2013) nota que se África antes da conferência de Berlim (1884/5) era por definição território obscuro – elevando-se como repositório de todos os medos, ignorância e ansiedades do ocidente –, o continente se firmou num espaço virtual a partir do momento em que as suas fronteiras foram traçadas (segundo os interesses dos poderes da altura). A véspera da sua independência negociada com poderes exógenos e, paradoxalmente, querendo-se autónoma das forquilhas políticas e mercantis exteriores, África conformou-se à cartografia colonial, sujeitando-se a um leque de centros, antes chamados metrópoles, e continua ainda, talvez por isso, a ser comunidade imaginada sem centro.

Na redefinição do seu centro, muitos no século passado pegaram em canetas, incluindo personalidades marcantes como Agostinho Neto e Léopold Senghor, e era difícil distinguir os militantes da causa africana dos poetas transformados em políticos. Foi difícil estabelecer as barreiras entre a política e a literatura em África (talvez porque é na política e na religião, diz-se, que o ser humano articula os seus credos e contenções).

Ungulani Ba Ka Khosa no seu primeiro romance *Ualalapi* (1990) reacende em poesia a derrota de Ngungunhane, Imperador das terras de Gaza, Moçambique, entre o ressoar da música que sempre acompanha batalhas heroicas e a inundação silenciosa de líquido viscoso, o sangue

de menstruação de Damboia, mulher da corte. Existe no continente uma grande predileção pela sonoridade das palavras. O vibrar de um ritmo forte faz tremer o inerte, e talvez por isso a oralidade tenha na literatura africana forte expressão. Se a memória de África é milenar, a sua história mais recente ainda tem em relevo episódios do colonialismo, descolonização e independência. Nesse espaço temporal, escritores e poetas vão procurando as palavras mais certas entre as línguas impostas e as emprestadas, encontrando nas línguas originais africanas significados mais chegados à alma, preenchendo cabazes de estórias. Um livro. Uma viagem literária ao encontro da alma, lugar onde o centro da humanidade porventura reside. Um refúgio, onde o espírito, por mais desfragmentado que esteja, se iluda e se recomponha quase que por inteiro.

A literatura africana

Desde as independências a literatura africana aponta, em traços largos, uma frequência da escrita politizada a par com conflitos de valores. Questionou-se o autóctone e o exógeno (seja o passado colonial, seja o presente neocolonial) através de temas que albergaram o coletivo nacional. Debateu-se o passado e o presente, e propôs-se a nostalgia que opõe a tradição à modernidade. No plano ideológico, expandiu-se o dilema da busca de equidade e abundância, um esforço de realização da autonomia socioeconómica e política, a qual resultaria em autossuficiência, alvitando-se o progresso e sublimando a africanidade (Mazrui 2010: 676-677). Porém, se numa primeira fase a literatura africana ainda se encobria com o manto do nacionalismo, debatendo-se em busca de um centro em si mesma; numa segunda fase foi testemunha do esgotamento de promessas adiadas sobre quimeras de prosperidade a par da equidade económica e autonomia sociopolítica.

Mas apesar de tudo não se pode ler a escrita africana como um mapa identitário onde se amplificam as dúvidas ou as ilusões do continente. Há que se declarar o espaço literário como área autónoma de exploração individual da realidade. Uma amostra, jogo fortuito e frutuoso de palavras na descoberta de novos territórios. Neste contexto, correlatar as várias problemáticas ou esperanças africanas na escrita deveria ser guiado pelo ensejo genuíno de absorver um maior número de leituras sobre o que é a experiência de estar no mundo. O prazer e valor dessa leitura deveria transcender o peso do rótulo “África”, pois o percurso individual de cada uma das nações

não cabe somente na vastidão do continente, mas na memória coletiva da humanidade. Coagindo-se, assim, o ideal da aceitação da diversidade humana, mas também a unidade que existe no uso da língua como veículo do pensar e sentir humano, a qual a literatura no geral dá expressão.

África não é especial no seu desencanto ou fascínio. Mas apesar da globalização, ou por causa da globalização, existem ainda dificuldades em aceitar a diversidade das várias entidades africanas, como se existisse um receio de que as ideias fixas sobre África, morosamente criadas pelo Ocidente sobre o que significa ser africano, se desmoronassem completamente e por tal, seria preciso salvar e fixar a identidade africana. Os africanos, onde quer que estejam, habitam margens entre culturas diversas e ao moldar a sua identidade, recapturam as influências a que foram expostos e criam novos mapas (Jabbar 2014). Não é possível nem desejável isolar as identidades africanas em invólucros reducionistas, a partir da noção de que é necessário proteger, salvar ou fixar a identidade africana. É desta forma que o escritor congolês Alain Mabanckou rejeita a norma de uma escrita identitária africana (com base no acento de injustiças passadas ou no sofrimento do presente, vaticínio de calamidades futuras), afirmando não ter interesse em agir como *“le pompier de l’Afrique”* (itálicos no original), o bombeiro de África (Rittelmeyer 2014).

O espaço literário lusófono num mundo globalizado

As palavras em português espelham três margens de oceanos, o Atlântico, o Índico e o Pacífico. Imagens de chegadas e partidas ao longo de meio milénio, resultado de um longo processo de globalização. Embora o século xx tenha acelerado uma corrente vertiginosa de mobilidade mundial de capital, produtos e cultura, trazendo o termo globalização à tona, este processo já foi iniciado no século xv, intensificando-se no século xix por um padrão de expansão e dominação pan-europeia (Inda / Rosaldo 2002: 14). No século xvi Portugal cedeu a primazia da expansão e dominação marítima e territorial à Holanda, Inglaterra e Espanha, entre outros, porém a língua portuguesa ainda perdura e é hoje a terceira língua europeia mais falada no mundo, depois do inglês e espanhol (e antes do francês e do alemão). O Brasil, Angola e Moçambique decerto que contribuem para esta estatística, mas noutros pontos do globo assinala-se o português como segunda língua: Johannesburg, Newark, New Jersey, Luxemburgo, Caracas, ou entre

inúmeras comunidades de expressão portuguesa na Índia, Malásia, Taiwan ou China, assim como Bermuda, Toronto, Los Angeles e Brisbane (Page 2002: 19). O que une a literatura africana de língua portuguesa é uma língua comum, mas não uma mesma locução, estilo, gíria, tom do acento, ou mesmo regras gramaticais, pois estes elementos germinam e crescem aonde quer que a fala ou escrita viceje.

Agualusa (2014a) nota na nova literatura angolana uma letargia e fechamento para o mundo, completamente oposta à nova vaga de escritores/as nigerianos/as, os quais ele descreve como sendo uma vaga pós-nacionalista e firmemente inserida na modernidade. Descreve-os/as como urbanos/as, cosmopolitas, de classe média ou média-alta, intensamente envolvidos/as no presente. Talvez esta seja uma primeira diferenciação a tomar nota entre a literatura africana lusófona e a anglo-saxónica e francófona. A África lusófona estará talvez ainda enclausurada nos limites impostos pelas independências tardias e a contradição do recente esboroar-se do conceito estado-nação, já que no labirinto de encruzilhadas da história, os territórios que coincidem com os países africanos de língua portuguesa foram dos primeiros a embarcar nos percursos que limaram a globalização definida como um sistema mundial interligado por vínculos culturais, socioeconómicos e políticos, e foram também os últimos a desvincularem-se formalmente da embarcação.

Desde as independências, a produção literária angolana e moçambicana demonstrou uma forte preocupação sobre o que é a nação e a quem ela pertence, uma preocupação manifesta no uso de um vocabulário local africano e uma narrativa com enfoque em enredos particulares do historial da nação. Embora este processo tenha sido comum a outros países africanos do mundo anglo-saxónico e francófono, ao espaço geocultural lusófono cola-se a caracterização determinada pelo lugar que a língua portuguesa ocupa em termos hegemónicos no mundo. Sendo a língua portuguesa veículo de diversidades culturais pelo mundo, esta trará decerto referências a uma certa origem, uma cultura imaginada, um passado contestado ou renegado. Mas sendo água de tantos mares, a língua foi habitando e diluindo-se pelos lugares e gentes por onde passou, sem que maior proeminência linguística se projete no retângulo extremo do Sudoeste europeu que lhe deu origem. Agualusa (2014b) defende que a língua portuguesa teve contribuição africana através de oitocentos anos de colonização árabe da Península Ibérica, e que ao expandir-se pelos mares foram acrescentadas palavras provenientes do bantu e das línguas indígenas do Brasil. Sendo

língua de tantos mares, a fala e a escrita em português tem pertença local e difusão global, mas em si, é parte de uma cultura de fronteira da semi-periferia mundial.

A cultura de fronteira das zonas semiperiféricas

Embora Portugal ostente ser o país que deu origem à língua portuguesa, e o Brasil o país com o maior número de falantes da língua, ambos os países são parte de uma cultura “semiperiférica” no sistema mundial. O conceito de “semiperiferia”, vinculado aos termos “centro” e “periferia”, são emprestados de Immanuel Wallerstein (1984, 2004), historiador e economista que vem articulando desde os anos setenta a teoria de sistemas mundiais. Os termos “centro-semiperiferia-periferia” são tradicionalmente aplicados em teorias nas relações internacionais, geoeconomia ou economia política. Wallerstein (1984) iniciou a sua abordagem centrando-se na história europeia. Dividindo um sistema-mundo composto por uma complexa teia de trocas económicas desiguais entre agentes em concorrência (nomeadamente os estados-nação agrupados em países do centro, da semiperiferia e periferia), Wallerstein (1984: 7) indicou que o equilíbrio era mantido por assimetrias políticas, económicas e militares entre os países do centro-semiperiferia-periferia. Hierarquizando cada economia-mundo, o espaço económico pôde (teoricamente) ser organizado sob os auspícios do conjunto núcleo orgânico do centro, equilibrado pela semiperiferia, e uma periferia subordinada. O objetivo do centro, no sistema-mundo, é sempre a procura da maximização do lucro e todo o sistema está construído para atingir este propósito, e é com este intuito que cada Estado cumpre as suas funções, segundo a categoria hierárquica a que pertence (Wallerstein 2004: 52-53). O centro distinguindo-se na competição política, económica e militar, com capital acumulado e mão-de-obra especializada, subordina a periferia (culturalmente silenciosa e invisível, e economicamente miserável), enquanto os países da semiperiferia funcionam como zona tampão, estacionados de forma mais ou menos permanente, entre condições políticas e socioeconómicas que são misturas de centro e periferia. Apesar dos países da semiperiferia terem passado por transformações sociais e económicas de longo alcance, continuam relativamente atrasado em aspetos políticos e socioeconómicos importantes (De Lourenço 2005: 179). É neste sentido

que tanto Portugal como o Brasil podem ser considerados semiperiféricos no sistema-mundo de Wallerstein.

Examinar a cultura de nações, requer antes, um questionamento dos alicerces sobre os quais foram construídos os ditames da cultura nacional, as suas aberturas, prolongamentos e inter-viagens. Santos (1994: 43) afirma neste contexto, que apesar da sua diversidade económica e geográfica, Portugal e o Brasil partilham não só características económicas da semi-periferia, mas tem culturas semelhantes, já que são culturas de fronteira.

As culturas nacionais, sendo de criação recente, são o produto histórico da tensão entre o universalismo e o particularismo gerido pelo Estado. Segundo Santos (1994: 47), o papel do Estado é dúplice, pois se este, por um lado, diferencia a cultura do território nacional face ao exterior; por outro, promove a homogeneidade cultural no interior do território nacional. Santos defende que em Portugal o Estado nunca desempenhou cabalmente nenhum destes papéis, e consequentemente a cultura portuguesa teve sempre uma grande dificuldade em se diferenciar de outras culturas nacionais, e por outro lado, manteve sempre uma forte heterogeneidade interna.

Sendo a cultura, antes de mais, uma autocriação, produto de uma negociação de sentidos e espaço num sistema mundial, há que rever as trajetórias históricas e a posição dessa dada cultura no sistema mundial. A cultura portuguesa foi determinada, por um lado, pela Europa e, por outro, pelo Brasil e, até certo ponto, a África (Santos 1994: 44). Portugal, com exceção de algumas décadas nos séculos xv e xvi, foi durante todo o longo ciclo colonial um país semiperiférico, atuando como correia de transmissão entre as colónias e os grandes centros de acumulação de capital, sobretudo a Inglaterra a partir do século xviii. Um facto de importância decisiva para todos os povos envolvidos numa relação colonial com Portugal, particularmente o Brasil e os países africanos de língua portuguesa. Esta teia de intermediações dependentes foi reproduzida sob outras formas na África de língua portuguesa, mesmo após as independências.

No marco da relação colonial, as consequências decorrentes do carácter semiperiférico de Portugal não se restringiram aos aspetos político-económicos. O decisivo foi a identidade cultural que Portugal engendrou e o modo como esta foi interiorizada pela sociedade portuguesa ao longo dos últimos cinco séculos. Portugal é por vezes considerado, por estrangeiros e pelos próprios portugueses, como país detentor de uma sociedade paradoxal, capaz de imensas utopias, desde o sebastianismo à revolução do 25 de Abril (Santos 1994: 46). O excesso mítico da interpretação sobre a socie-

dade portuguesa explica-se pela reprodução prolongada e não alargada de elites culturais de raiz literária, muito reduzidas em número e quase sempre afastadas das áreas de decisão das políticas educacionais e culturais. Tenderam, assim, a funcionar em circuito fechado, suspensas entre o povo inculto, que nada tinha para lhes dizer, e o poder político autoconvencido, que nada delas queria ouvir. Santos (1994: 46-50), ao tentar definir o estatuto identitário da cultura portuguesa, analisou o ponto de contato entre este país e as identidades culturais dos povos brasileiro e africanos, com quem conviveram durante séculos. A sua hipótese era de que a cultura portuguesa não tinha conteúdo, mas apenas forma, e essa forma era a fronteira. Sendo zona fronteira, a cultura portuguesa seria fronteira, não porque para além de Portugal existia um vazio, mas porque de algum modo o vazio estaria do lado de dentro e, assim, no trajeto histórico-cultural da modernidade, os portugueses foram tanto o europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante (Santos 1994: 46-48). A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco suscetíveis à globalização. Os espaços locais e transnacionais da cultura portuguesa foram sempre muito ricos; só o espaço intermédio, nacional, foi e é deficitário, significando que, enquanto identidade nacional, Portugal nunca foi nem suficientemente semelhante às identificações culturais positivas que eram as culturas europeias, nem suficientemente diferente das identificações negativas que eram, desde o século xv, os *outros*, os não europeus (Santos 1994: 48-49).

A forma cultural portuguesa teve igualmente vigência, ainda que de modo muito diferenciado, no Brasil, e de modo mais remoto, nos países africanos de língua oficial portuguesa. Do ponto de vista cultural, o Brasil e os países africanos nunca foram colônias plenas. Fiel à sua natureza semiperiférica, a cultura portuguesa estendeu a elas a zona fronteira que lhes permitiu usar Portugal como passagem de acesso às culturas centrais da Europa, como aconteceu com as elites culturais do Brasil a partir do século xviii e com as africanas sobretudo no século xx. Daí que a forma cultural da fronteira caracterize também, em parte, as culturas do Brasil e da África portuguesa. Obviamente que cada um dos países apresenta variações próprias, não se podendo esquecer a assimetria matricial entre o caso português e os casos brasileiros e africanos, nos quais os últimos foram sujeitos a um ato de imposição violenta por parte do primeiro, uma imposição que com o tempo se passou a afirmar, do ponto de vista cultural, mais pela omissão ou pela ausência do que por ação cultural efetiva, em

suma, por um ato de força feito de fraqueza (Santos 1994: 50). O contexto global que aponta para um regresso da importância das identidades, do multiculturalismo, da desterritorialização e da localização pode oferecer oportunidades únicas a formas culturais de fronteira, precisamente porque estas manifestações sempre se moveram e revolveram a partir dos fluxos constantes que as atravessaram.

Portugal entre África e a Europa

Em África o espaço de criação lusófono tem como denominador cultural a ideia de que o contacto entre Portugal e os povos africanos foi cimentado durante quinhentos anos. Um cimento de ténues alicerces, pois a esta longevidade equipara-se muitas vezes uma certa excecionalidade, com um cheirinho a “lusotropicalismo” dos anos 50 e 60 do século passado. Este termo lançado pelo sociólogo Gilberto Freyre (1940) defendia a ideia de que o colonialismo português era único na medida em que criara uma cultura híbrida e crioula, contrariamente ao colonialismo britânico com as suas divisões hierárquicas e rígidas. Nesta ordem de ideias, Portugal, enquanto poder colonial e consciente da sua marginalidade em relação ao resto da Europa, promovia um conceito de “lusotropicalismo” marcado pela sua excecionalidade na asserção de ser uma nação europeia assumidamente como *outra*. Ressentida pela perda da antiga glória do imperialismo ibérico, o lusotropicalismo português contrapunha à Europa, tecnicamente mais avançada, uma contracultura em que os valores lusófonos, marcadamente o catolicismo e maior propensão a miscigenação, se apresentavam como valores mais nobres e porventura mais humanos do que a frieza da *Realpolitik* inerente à cultura do protestantismo da Europa do norte (Helgesson 2001: 28-30).

Embora o termo “lusotropicalismo” tenha sido categoricamente refutado e extensamente debatido, existe ainda a crença entre alguns portugueses de que a sua forma de colonizar foi única, fosse pela forma de se implantar, edificar ou procriar em África. Os ingleses ou os franceses também terão os seus argumentos, formulando juízos sobre o seu sistema mais eficiente, didático, ou mesmo mais humano, comparando e hierarquizando o seu colonialismo acima do dos outros. Uma tendência a que Santos / Schor (2013) denominam de “narcisismo intercolonial”, ou seja a ideia muitas vezes lançada por intelectuais de que o seu colonialismo foi

melhor, ou a sua forma de discriminação foi mais humana ou neutra do que a dos outros. No fundo, uma hierarquização proveniente da rivalidade geopolítica entre as potências europeias que caracterizou os últimos séculos, a qual poderá ser explicada pelo conceito de sistemas mundiais sugerido por Wallerstein (2004). Esta rivalidade necessária à expansão ocidental começou já a partir do século XVI com a implantação do conceito moderno de estado-nação, quando a noção de soberania é inventada. Tal conceito de soberania só teria razão de ser se reconhecido por outros estados. O reconhecimento formal fornecia à nação legitimidade, sem que no entanto lhe retirasse a sua componente de mito como criação social que estabelecia (ou inventava) a sua história, cronologia e um conjunto de estruturas características. Mas cada estado existe em função do seu enquadramento num sistema mundial de estados, e a sua correlação de força é determinada pela sua capacidade de efetivamente manter-se de cabeça erguida perante outros estados num ambiente competitivo a nível mundial. Sendo que todos os estados são soberanos, sabemos que os estados mais fortes conseguem impor-se aos estados mais fracos (Wallerstein 2004: 52-55):

Entre Estados existem relações de poder, herdadas da relação feudal entre o senhorio e os seus súbditos. As características destas não desapareceram, apenas se reconverteram [...] entre o centro e a periferia. Os Estados, como estruturas macro que englobam as hierarquias de classe, também obedecem assim a uma hierarquia espacial: centro, periferia e semiperiferia (Nunes 2013: 2).

A tensão existente entre estados fortes do centro, mais fortes, e aqueles da periferia, mais fracos, não é só determinada por fatores económicos e tecnológicos, mas também por vetores culturais. Algo que se traduz na literatura. A dominação do padrão cultural pan-europeu dominou durante séculos a educação, determinando a superioridade de um certo cânone literário convencional europeu, considerado ‘nobre’ (Batista 2008: 220-222), o qual colocou no cânone literário alemão, inglês, francês, russo, italiano ou espanhol, Goethe, Shakespeare, Balzac, Dostojévski, Dante ou Cervantes nos patamares mais altos da literatura mundial. A soberania adquirida através de independências políticas pôde até ignorar tal hierarquização e contrapor a sua literatura supostamente “pura” e nacional. O primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, é citado a afirmar em 1983 perante um jornalista português: “Camões não é só vosso; Camões também é nosso” (Gaivão 2013). Um momento perdido na história em que se engendra uma qualquer ligação nobre de neutralidade poética e linguística, entre Portugal e os falantes da língua portuguesa em África.

Um chamamento com uma certa solitude amarga sabendo que o cânone literário português rodeado por Shakespeare, Goethe, Balzac, Dante ou Cervantes, não tem como impor Camões no mesmo patamar dos grandes europeus, na sua condição de fronteira semiperiférica europeia e mundial.

O valor do isolamento a que a semiperiferia obriga reside na insistência de uma autovalorização fora das linhas dos cânones convencionais das culturas mais dominantes. Deste modo a criação literária de língua portuguesa, principalmente nos países africanos, demarca-se do espaço anglo-saxónico e francófono pelo seu carácter de fronteira, convidativa a aberturas e influências várias. Amos Tutuola (1920-1997), escritor nigeriano, foi durante quase toda a sua vida ignorado pelo mundo literário britânico. Os grandes, entre os escritores nigerianos da altura, dos quais Chinua Achebe sobressai, criticaram-lhe a falta de rigor gramatical e verbosidade babelesca. O romance *The palm wine drunkard and his dead palm-wine tapster in the Dead's Town* (1952), extremamente imaginativo, entre o mítico e o fantástico, e de um humor negro profundo, evoca uma viagem ao mundo dos espíritos africanos. O estabelecimento literário da altura não estava pronto para receber o seu trabalho, e, se não fosse uma crítica do famoso poeta Dylan Thomas (1952), Amos Tutuola teria passado quase despercebido. Rittelmeyer (2014) defende que desde os anos sessenta do século passado a literatura africana anglo-saxónica teve, desde Chinua Achebe, linhas estilísticas e de conteúdo político fortemente demarcadas por uma prosa acessível, de teor político antiocidental, frequentemente preocupada com o confronto entre a tradição e a modernidade; a par com a literatura francófona a qual quis reverter o seu iluminismo universal nos escritores africanos da francofonia, ofertando-lhes a possibilidade de competirem em pé de igualdade com os escritores franceses. A literatura africana de língua portuguesa, por sua vez, pôde reter e obter influências dos quatros ventos. Santos (1994: 50) crê que a leveza da cultura da zona fronteira – na qual ele insere os países que a cultura portuguesa contactou intimamente ao longo de cinco séculos – torna-a muito sensível aos ventos. É cultura porta de vaivém e, como tal, nunca está totalmente escancarada nem completamente fechada. Tal cultura poderá ser terreno fértil para a literatura, onde voam e pousam as letras, as belas e menos belas, um pouco ao descuido de um qualquer senhorio.

Políticas linguísticas nos países africanos de língua portuguesa

Há ainda acertos a polir na construção da nação nos países lusófonos africanos e muitos temas a debater sobre parâmetros identitários, mas em cada um dos países o molde local do uso da língua portuguesa permanece como marca saliente da identidade de cada um dos países (para se aprender e saborear). Os dirigentes políticos depois das independências não hesitaram em adotar a língua portuguesa como idioma oficial. Quando Samora Machel, primeiro chefe de estado moçambicano, defende a escolha do Português como língua oficial porque Camões é também Moçambicano, a sua escolha não é única tanto em relação à África de língua portuguesa, como em relação aos restantes países africanos. A maior parte do continente optou pela utilização de uma língua europeia, na sua essência estrangeira e identificada com a opressão colonial. Um dilema linguístico comum a África, Ásia e Américas, onde pelo menos três quartos da população mundial nasceu e viveu, durante o século xx, sob o jugo colonial europeu (Ashcroft, et al. 2003: 1).

Assumindo que Camões seja de todos os que falam e escrevem português, as estrofes dos *Lusiadas* são um lusco-fusco do passado e há inclusive mesmo incerteza sobre o seu túmulo, ou seja, o lugar onde repousam as ossadas do “Príncipe dos Poetas” (Lusa 2011). A ligação à sua matriz de quem usa português é fraca. Há um certo despreendimento gramatical no uso da língua nos vários países africanos de língua portuguesa. Não sendo esta a língua materna da maioria, o seu uso não é estandardizado, um facto agravado pela insuficiência dos sistemas educacionais nacionais. A percentagem de quem domina o português nos países africanos de língua oficial portuguesa é relativamente pequena. Na África de língua portuguesa, o uso da língua pode até colocar entraves em relação ao acesso à educação e ascensão social, tornando-se a língua da elite. Uma situação que toca qualquer dos países africanos, os quais depois da independência optaram por uma das línguas oficiais europeias. No caso de africanos francófonos, o Senegalês Khadim Ndiaye descreve como as elites do país fizeram da língua de colonização uma língua elitista, uma língua de prestígio, de promoção social e de acesso ao poder.

O francês é a língua dos eleitos, daquela casta de privilegiados ciosos de poder, quantas vezes imenso, que lhes confere a língua. Neles, a sintaxe ultrapassa muitas vezes a semântica e presumem que quem bem fala, domina o saber (Khadim 2014).

No que se refere à África de língua portuguesa, Ponso (2011) afirma que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada, o que tem motivado em Angola e Moçambique propostas e (ténues) esforços para se elaborarem e introduzirem programas de ensino nas línguas locais. É de se destacar na Guiné-Bissau a existência da primeira editora privada, Ku Si Mon, criada em 1994, que reserva um espaço para a literatura da tradição oral e a linguística, publicando edições bilíngues crioulo/português. A valorização das línguas nacionais, como no caso da Guiné-Bissau, poderia enriquecer o panorama literário ao conferir visibilidade ao complexo nacional, mas, no entanto, não resolveria o problema de representatividade literária.

Portugal e a nostalgia imperial

De forma a serem notados e quebrar o seu isolamento, os escritores africanos de língua portuguesa poderão querer publicar no Brasil ou em Portugal. Isto para ganhar visibilidade, ou pertença no baú de representatividade da “escrita africana”. Os seus livros frequentemente estão alinhados em prateleiras com o dístico “escritores lusófonos”.

À sua condição de semiperiferia, Brasil e Portugal, dois países de língua portuguesa com vetores de desenvolvimento mais ou menos aceitáveis (embora aquém do desejável), cola-se por inerência aos países africanos lusófonos o dístico de periferia, levando ao questionamento: onde estará o centro da denominada Lusofonia?

Marta Lança, no artigo “A Lusofonia é uma bolha” (2008), articula o fiasco da Lusofonia, no qual a narrativa da colonização portuguesa prorroga um imaginário imperial, assente numa ideia de exceção do colonialismo português. Rendido à sua condição periférica de fraqueza perante as restantes potências europeias, Portugal foi mais o colonizador colonizado, figura ambígua, intermediária e crioualizada, propensa a aproximar povos, e assim as suas ações teriam sido, mais do que acionadas pela cruz ou pela espada, diretamente concentradas no sexo. Outros pensadores têm ocorrido e realçado o logro de um suposto centro (Portugal) a querer fazer prevalecer a noção de um espaço comum (de pretensa fraternidade e igualdade) com os países de expressão portuguesa por mera coabitação linguística, deturpando violências e mazelas de vínculos históricos. Esta pretensão é, por sua vez, descrita por Eduardo Lourenço (1999: 181) como o sonho

lusófono dos portugueses, “um espaço de refúgio imaginário, o espaço de uma nostalgia imperial, que os ajude hoje a sentirem-se menos sós e mais visíveis nas sete partidas do mundo”.

Sendo o termo Lusofonia bastante mal amado, ainda serve para denominar um espaço literário. Um número certo de escritores de ficção africanos lusófonos tem um público leal de leitores em Portugal e no Brasil. Nas livrarias portuguesas, os angolanos Pepetela (Prémio Camões 1997), José Eduardo Agualusa e Ondjaki, e o moçambicano Mia Couto (Prémio Camões 2013), Paulina Chiziane e João Paulo Borges Coelho são os que maior visibilidade têm. Mas a lista é mais extensa e uma procura mais trabalhosa pelas livrarias traz os moçambicanos Luis Bernardo Honwana, Ungulani Ba Ka Khosa, José Craveirinha (Prémio Camões 1991), e Lília Momplé; para além dos angolanos Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho e Mário de Andrade; ou o cabo-verdiano Germano de Almeida. Longe de ser uma lista completa, estes são alguns nomes da tinta da Lusofonia africana. Os denominados ‘escritores lusófonos’ africanos preenchem um nicho no mercado livreiro indo ao encontro de leitores que talvez busquem o apelo chamativo da memória de África, um caminhar paisagístico exótico entre sabores virtuais linguísticos africanos, de lembrança e lugares. Nesse nicho haverá os chamados ‘saudosistas coloniais’, conservadores e críticos das realidades africanas vigentes desde a independência; ou o oposto, intelectuais liberais com tendências políticas de esquerda, com interesses cosmopolitas; e também, por último, leitores oriundos dos países africanos de língua portuguesa (onde o acesso a livrarias é mais limitado).

Um aspeto do ideário português frequentemente refletido na literatura é a memória colonial e nostalgia imperial. Um tema rebuscado de várias formas em obras de autores portugueses de renome. Sendo África, tal como a Ásia, parte do imaginário literário colonial português, Sheila Khan (2011) tem investigado perspectivas de narrativas da pós-colonialidade portuguesa, onde identificou uma geração alargada e invisível no imaginário imperial português, o qual no pensamento de Eduardo Lourenço vive a “intrínseca disjunção do império, que não reconhece suas próprias criações, talvez porque elas também não se reconheçam nele, mantendo as partes, contudo, um vínculo indelével” (Khan 2011: 127). Uma questão a que Khan designa de “orfandade”, a qual enferma a pós-colonialidade portuguesa. Khan também assinala que alguns estudiosos ignoram preocupações demonstradas em alguns textos literários e, dessa forma, a historiografia portuguesa vêm mostrando uma permanente inca-

pacidade e negligência em reconhecer, compreender e acolher outras vozes, outras narrativas, outros mundos subjetivos que, legitimamente, deveriam ser chamados à escrita da história colonial e pós-colonial portuguesa. Um espólio a ser encontrado em escritos dos descendentes do antigo empreendimento colonial em três continentes. Alguns deles, adotando a identidade de migrantes, escolhem o silêncio, mas cujas experiências, ainda que em registo ficcional, poderiam melhor traduzir realidades socialmente periféricas na pós-colonialidade portuguesa (Khan 2011: 131).

No contexto acima indicado, o critério de seleção literária guia-se pela lógica imperiosa do mercado livreiro: ou o reconhecimento atribuído por prémios literários, ou a procura de África na literatura. Um processo de representação de identidade literária em si redutor. Uma situação ainda mais constrangida por desenvolvimentos das últimas décadas no ‘negócio do livro’. Sendo a uniformização do mercado de consumo uma das grandes queixas da globalização, apontam-se neste contexto o risco de concentração de edição e distribuição em grupos que acabarão por editar unicamente aquilo que dá lucro, sem escolha e variedade, formatando assim mentalidades, tal como refere Sara Figueiredo da Costa:

A hipótese de que a pluralidade de ideias e expressões associada à edição seja reduzida em função de escolhas meramente mercantis é real e já pode comprovar-se na maioria das livrarias. Resta saber se ainda podemos falar de um sector que divulga e disponibiliza ideias, pensamento e criação (Costa 2013).

Brasil e a afro-descendência

Se a literatura africana preenche em Portugal um imaginário seletivo de nostalgia colonial ou imperial, e afinidades pessoais ou determinadas pelo mercado livreiro, o espaço de África na literatura do Brasil é mais promissor. A lei 10.639 (2003) determinando o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos de ensino público; a publicação em 2010 de oito volumes da *História geral da África* pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); assim como a publicação da coleção *Literatura e afrodescendência no Brasil - antologia crítica* (Duarte / Fonseca 2011); são, no seu conjunto, desenvolvimentos que a imprensa brasileira apelidou de evangelização africana da literatura (Filho 2011). Tendo a noção de uma ligação com África um nicho na edu-

cação e na história, a par com a criação cultural no Brasil, este país surge como facilitador de um espaço de alargamento de uma suposta Lusofonia, na qual a componente africana é destacada. Isto devido à anuência de uma presença africana na génese do país, a qual por inerência interliga a afrodescendência à miscigenação. Porém, tanto no Brasil como em Portugal prevalecem conotações com África longe de serem livres de (pre)conceitos no significado da ligação histórica com o continente. Apesar do enlace emblemático do Brasil com a literatura africana, as acusações de exclusão e racismo interno persistem.

Na edição de 2013 da Feira do Livro de Frankfurt o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* criticou o facto de apenas um escritor negro e um descendente de indígenas estarem entre os 70 convidados (Metz 2013). Consequentemente, o “Coletivo Literário Ogum’s Toques Negros” publicou uma nota de repúdio sobre a não inclusão de um maior número de autores negros brasileiros na comitiva oficial da feira (Frô 2013). Estas acusações foram refutadas pelos representantes do governo, que defenderam ter sido a qualidade o único critério de seleção de escritores para a feira. Aceite que talvez os membros do Ministério de Cultura brasileiro não se revejam nas obras de autores negros brasileiros pela temática e diferenças de “capital cultural”, isto por si só é uma anotação sobre como a exclusão social e económica que atinge desmesuradamente secções da população negra brasileira, afeta e cria normas de distinção e exclusão cultural. Ademais, talvez os altos representantes do governo já sintam terem sido dadas (em termos políticos) concessões suficientes aos afrodescendentes através da publicação da sua história e literatura, alargando-a a publicações de autores de origem africana. Integrar e interligar a experiência negra (e talvez abrir feridas incómodas) no catálogo da literatura contemporânea brasileira talvez seja ainda uma mais batalha a travar.

A procura da sedimentação de uma cultura de afrodescendência iniciada por movimentos negros em várias partes do mundo, principalmente nos Estados Unidos, pode ser em si também problemática. A busca de vestígios e retenções africanas nas culturas transplantadas e recriadas no Novo Mundo tendem em insistir na homogeneidade étnica dos diversos povos vindos de África que chegaram em contingentes de escravos às Américas. Quem busca, acaba sempre por encontrar similaridades no campo da religião, da música ou da dança, e daí o mito da Mãe-África, o qual para as populações afrodescendentes tem frequentemente um papel central nas suas narrativas identitárias. Mas a reivindicação de um passado africano, é

se calhar, como diz Pinho (2004: 57-58), a busca de “uma África de memória e desejo”. O discurso e prática afrocentrista, fora e dentro de África, é questionado enquanto ideia, pois parte da assunção de que os africanos possuem uma identidade cultural própria, no contexto de uma condição autóctone especificamente africana, a qual procura uma denominação única, um lugar aonde possa ancorar a sua prosa. Esse lugar é invariavelmente a África tropical, definida por uma fronteira meticulosamente fictícia (Mbembe 2002: 10).

O hibridismo linguístico nas literaturas angolana e moçambicana: o olhar sobre si e o mundo

Desde a primeira fase de independências dos países africanos e subsequente euforia nos anos 1960 e 1970, a identidade africana (submetida pelo ocidente na sua génese complexa a uma negação radical do seu valor cultural e histórico) procurou, através da literatura, limar os destroços de um passado alicerçado por outros. Erigir um presente no qual, quando permitido, se debatessem ideias nas quais as fronteiras de identidades coletivas pudessem ser definidas individualmente, ainda continua a ser um desafio. Na construção inicial do estado, o mito-conceito nação tomou primazia e tanto os chefes das nações independentes como os escritores partilharam a noção de que aos intelectuais cabia o poder e a influência na construção, renovação, e mesmo a reinvenção da identidade nacional – isto, partindo do pressuposto de que a literatura está impregnada de ideologia e que foi e é o lugar de articulação da imagem da identidade nacional, e por substrato o literário representa o nacional (Torrão 2011). Neste sentido, a África de língua portuguesa, marcada por independências tardias (1975), teve uma produção literária marcada por escritores que se identificaram com o esforço da formação da nação. Tendo as suas literaturas servido como instrumentos de protesto e elaboração de uma construção identitária, através do qual se tentou fixar a identidade da nação antes e depois das independências (Bach 2011), dando origem ao questionamento sobre a narrativa da história da nação e da sua identidade.

Muitos escritores nos cinco países independentes africanos (Cabo Verde, Moçambique, Angola, Guiné Bissau e São Tomé) tiveram o conteúdo dos seus produtos literários politizados, tal foi a herança das lutas de libertação das décadas de 1950 e 1960. Algo fortalecido pelo patrocínio

direto do estado à literatura logo após a independência. Um dado natural, principalmente em Angola, onde o primeiro governo independente distribuiu cargos ministeriais por escritores como Pepetela e Manuel Rui, e o primeiro Presidente, Agostinho Neto, sendo poeta, foi aclamado pai da poesia nacional, para além de fundador da nação (Brookshaw 2002). Embora tanto Pepetela como Manuel Rui se tenham distanciado das grades ideológicas inerentes à aliança entre escritor e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (que detém o poder político em Angola desde 1975), o conceito identitário sobre uma angolanidade forjada no lado certo da história da marginalidade da luta anticolonial ainda persiste.

Agualusa tem provocado (involuntária ou talvez voluntariamente) debates interessantes sobre a angolanidade e o cânone literário angolano. Em março de 2008, numa entrevista ao *Jornal Angolense*, classificou Agostinho Neto como um poeta medíocre (Notícias Sapo 2008). As reações suscitadas – desde uma avalanche de notícias, reações e contrarreações cibernéticas, a ameaças e intimidações no jornal oficial do estado – demonstraram como o estado angolano se encontra ainda entrincheirado nos mitos da sua formação. Embora Agualusa se tenha defendido argumentado que a sua asserção tinha sido meramente literária e não política, a virulência do ataque semioficial ao escritor demonstrou a fragilidade dos laços que sustentam o poder político no espaço de uma nação desencontrada.

Neste âmbito, é interessante notar que, por exemplo, o antropólogo Carlos Serrano considera Viriato da Cruz o ideólogo da angolanidade, não só como poeta mas também como fundador do partido no poder em Angola. Sendo um dos iniciadores do movimento literário “Vamos descobrir Angola”, antes da formalização do teor político do MPLA, Viriato da Cruz, que apenas publicou um livro de poemas, em 1961, é apontado por Serrano como figura central na criação de uma identidade num contexto colonial em que a africanidade foi retomada em angolanidade, criando um angolano supraétnico, suprracial e unificado, um “eu coletivo”, algo a orientar a construção da identidade nacional (Serrano 2013). Tendo abandonado o cargo de secretário-geral do MPLA em 1962, devido a divergências profundas com Agostinho Neto, o presidente do movimento, Viriato da Cruz foi por conseguinte excluído do partido por ser considerado contestatário. Os seus poemas ainda pairam no imaginário da cultura popular angolana, mas o seu nome foi riscado do partido e da formação da nação, sendo também quase invisível no cânone oficial da literatura.

O governo angolano anunciou em 2007 a publicação oficial da *História da literatura angolana*, a qual estaria finalizada em 2012, mas que no entanto, segundo informação disponível, ainda não passou do anúncio (Agência Angola Press 2007). Por ocasião deste anúncio, foi realçado, entre outras coisas, o papel patriótico da literatura. Consequentemente, a publicação demonstraria como “as letras” angolanas tiveram um “papel na formação de ideias e de movimentos que de alguma forma contribuíram para o nacionalismo, para o desenvolvimento da luta, para o processo independentista e para o processo de paz” (Lusa 2007). Existem várias bibliografias literárias angolanas, mas visto que a literatura ainda é chamada a servir interesses políticos, seria interessante analisar o cânone literário nacional segundo a história (oficiosa) da literatura angolana. Qualquer país confronta-se a um dado momento com o dilema de eleger o seu cânone literário, um processo subjetivo muitas vezes dependente de interesses políticos disfarçados de intenções educacionais, ou sujeito a lógicas de mercados internos e externos, ou aquilo que os “pares” literários defendem como cânone.

Se o apelo à angolanidade do período colonial enunciou uma identidade angolana multirracial e multifacetada (ou, por outras palavras, a aceitação de que séculos de colonização resultaram numa miscigenação cultural), a politização da literatura angolana restringiu o conceito da angolanidade. A questão de uma Angola crioula é refutada por alguns críticos literários que defendem que as obras que retratam o ambiente de lutas e batalhas por um país independente e as que dão enfoque à tradição e oralidade dos mitos, crenças e valores de uma Angola ancestral são, sim, amostras naturais de uma literatura verdadeiramente representante da angolanidade (Bach 2011: 11). Trata-se de uma reação comum a muitos países africanos, para os quais o retorno à autenticidade dá resposta ao conflito de valores das novas elites dominantes, inibidas perante os desafios da autonomia. Para Rushdie, a busca da autenticidade cultural é uma forma de revestir de respeitabilidade o antigo conceito de exotismo (Rushdie 1991: 67). Sendo geralmente apontado que apenas as elites africanas dão importância à questão da autenticidade, é importante notar que, na pós-independência, os pactos das elites governantes com as chefias tradicionais, representantes oficiais da tradição e cultura africana, podem ser vistos como um pacto quase cínico, pois que estas, há muito subjugadas pelo poder colonial e alheias a qualquer forma de poder, senão o simbólico e cultural, são mais uma vez cooptadas num esforço de legitimação do poder vigente.

Ou, como aponta o historiador Ali A. Mazrui (2010: 559), a edificação da nação africana confronta-se ainda com uma incoerência em termos de identidade cultural.

Identidade e escrita

No contexto do tema anterior, a obra de Agualusa é considerada como precursora de uma Angola não fechada em si, nem afunilada num discurso político e cultural exclusivista, mas oferecendo a contrapartida de uma angolanidade crioula num espaço globalizado. Se o seu livro *Nação crioula* desenha os contornos dessa Angola no espaço histórico colonial, o livro *Estação das chuvas* define a identidade angolana através da personagem principal: Lídia do Carmo Ferreira, poeta e nacionalista, negra que se sente mestiça, mistura de uma Angola profunda e da velha Europa, e, tal como os habitantes do Brasil, das Antilhas, Cabo Verde ou São Tomé, é parte dos encontros e desencontros entre dominados e dominadores nos últimos séculos (Luna / Silva 2011). No entanto, autores como Luís Kandjimbo (2010) recusam perentoriamente definir a angolanidade com base numa identidade crioula, postulando uma identidade bantu comum a toda a Angola, com base no facto de que a esmagadora maioria da população é de origem negra/africana de macro/etnia e língua bantu.

Além da contenção acima descrita, Helgesson (2001) aponta como ‘anómala’ a assimilação em Angola e Moçambique de escritores brancos, já que não existe, a seu ver, equivalente nas ex-colónias britânicas e francesas. Proeminentes autores como Luandino Vieira, Pepetela e Mia Couto, nascidos em Portugal ou descendentes de portugueses, são considerados escritores africanos não por simples aspiração ideológica, mas devido à forma como escrevem, denotando uma habilidade em fundir o seu exercício textual com preocupações e cosmologia locais, em combinação com a fala local (Helgesson 2001: 28).

Discussões sobre raça/cultura/assimilação podem ter a sua pertinência em relação a questões identitárias na construção da nação em Angola e Moçambique, mas a referência à apropriação da “fala local” na escrita não é uma questão de raça, mas uma questão cultural. Existe uma versatilidade da língua na escrita contemporânea da África de língua portuguesa que demonstra a sua particularidade em relação à escrita africana anglo-saxónica e francófona, a qual tende, no geral, a obedecer o padrão matriz do inglês

e do francês. A elasticidade da escrita e da fala identifica o local, o regional ou o nacional nos cinco países africanos de língua portuguesa; uma característica adquirida pelo enraizar da língua por tantos e diversos povos ao longo dos séculos.

Esta elasticidade linguística, assente num hibridismo linguístico, permitiu que durante a época colonial fosse forjada na África lusófona uma identidade nacional contrapondo marcas identitárias disputadas. Sobre a literatura angolana, Laranjeira (1987) afirma que nos finais do século XIX, muito antes das designações de literatura angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense como carácter de sistema nacional, já o espaço da escrita em almanaques, boletins, jornais, folhetos e revistas deixara de ser espaço exclusivo de europeidade absoluta e estaria relativamente contaminada pelas línguas locais. Do mesmo modo, três quartos de século depois, Luandino Vieira no seu livro *Luuanda* (1963) utiliza este artifício literário e percorre uma peregrinação interior e geográfica de mestiçagem linguística em que à tradição da escrita portuguesa se junta a influência da modernidade literária brasileira e intersecta a linguagem com elementos de quimbundo, uma das línguas bantu angolanas, dando voz ao “hibridismo linguístico que há séculos vem enriquecendo a língua portuguesa” (de Santa Cruz 1987). Em Moçambique, o poeta José Craveirinha já nos anos 1950 desenvolvia uma obra poética cujas marcas tinham origem nas práticas orais dos povos do sul do país. Mas, para além da matriz africana, Craveirinha, tal como Rui Knopfli, outro poeta moçambicano, urdiu um espaço de criação delineando a encruzilhada entre o cosmopolitismo e a nativação (Leite 2008: 45-56).

Se a forma como a língua é falada e escrita define a identidade nacional das literaturas africanas lusófonas, particularizando-as e africanizando-as, o espaço comum dessas literaturas pode ser definido pelo termo *miscigenação cultural* explicado por Mudimbe (1997: 141-154), como consequência de todo o projeto colonial europeu em África. Mudimbe apresenta a noção de um *espace métissé* dentro do qual a cultura dominante não absorve completamente a cultura dominada, nem a última adota integralmente todos os elementos da cultura dominante, assistindo-se antes a um processo de transculturação ou à criação de uma nova cultura de mistura, ou seja, um hibridismo cultural. Já que nenhuma cultura consegue manter-se eternamente imaculada, o hibridismo deveria ser entendido como “a condição permanente de todas as culturas humanas” (Baaz 2001: 12-14).

As noções de espaço e território vem-se diluindo no século XXI e as fronteiras reais já não correspondem àquilo que as vozes representantes de estados, políticos e elites formadoras da opinião pública gostariam de enclausurar como expressões de identidade política geograficamente predeterminadas (Njami 2006: 24). Termos como transculturação e desterritorialização têm tomado maior pertinência nas ciências sociais e em meios artísticos pela necessidade de explicar a dinâmica da globalização e o seu efeito na cultura a nível global e local. Aceita-se que as culturas não podem, como há décadas, ser simplesmente definidas a nível local, pois operam numa dinâmica de desterritorialização de culturas e deslocação de fronteiras. Para Deleuze / Guattari (1992: 131) a desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento que gera criação. O pensamento torna-se no processo de desterritorialização e por tal pensar é desterritorializar. O pensamento só é possível no ato da criação e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro. Da mesma maneira que os agenciamentos funcionam como elementos constitutivos do território, eles também operam uma desterritorialização, nos quais novos agenciamentos são necessários, dando origem a novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização, já que a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização. Da mesma forma, testemunhamos novas criações de “representantes de culturas provenientes de África, Ásia ou América Latina, os quais, embora conformados às várias geometrias de poder e padrões geopolíticos, recriam globalmente novos contextos culturais” (Gupta / Ferguson 2002: 65).

Na sequência de continuidade no amoldar do português ao falar local através dos séculos, a controvérsia gerada nos últimos anos pelos esforços de ratificação de um acordo ortográfico pelos países de expressão portuguesa é uma das raras ocasiões em que a Lusofonia pareceu estar unida numa causa comum. Neste caso, a preservação dos particularismos linguísticos de cada um dos estados. Reconhecendo que cada uma das nações no espaço lusófono resguardou, moldou e criou a sua identidade nacional a passo com a incorporação de modificações localizadas à língua portuguesa, estas diferenças são parte de cada nação. A beleza e sabor do crioulo guineense e cabo-verdiano é inseparável da imagem identitária destes países. Da mesma forma, Angola, Brasil e Moçambique dão o seu jeito à língua, distinguindo-se e caracterizando-se. O facto de que as camadas mais jovens

em Portugal e a média vêm integrando no seu jargão palavras provenientes de Brasil, Angola e Moçambique aponta para uma língua portuguesa que está viva, circula e se desenvolve. Uma codificação uniforme do idioma teria consequências nefastas para a literatura produzida nos países do espaço lusófono, pois delapidaria aquilo que é a expressão literária do sentir na fala e escrever local, sufocando a essência da literatura.

Por uma literatura sem muros

Esperemos que os parâmetros da literatura do continente se desencaixem de enquadramentos fixos do passado. Que a estética do exótico, obscuro e desconhecido da era colonial – substituída no período pós-colonial pela estética da emancipação e autenticidade africana, seguida pela contestação e desilusão – se renove e se encontre em novos espaços onde se esbatam ideias e experiências em torno da complexidade do mundo global aquém da pergunta “quem somos nós, os africanos”, abordando um espaço individual de “quem sou eu, o/a escritor/a” neste conturbado espaço no limiar do século XXI. As características da criação de língua portuguesa em África conferem-lhes um saber e um sabor que são irrecusavelmente seus, mas há que alargar esse espaço e permitir que a representação de África na literatura se liberte ao todo e enfim dos moldes herdados de processos sociopolíticos e culturais do passado, embora seja necessário examinar esse passado para entender o presente. Tendo em conta que a produção literária africana é maioritariamente editada e consumida no exterior, o espaço de criação na lusofonia é por definição constrangido, nem que fosse só porque apesar da língua portuguesa ocupar espaços virtuais e reais de grande diversidade, o seu posicionamento global é semiperiférico. Isto não deve ser visto como um obstáculo, já que não se pode aceitar uma estrutura do mundo em termos de centro e periferia, mas em termos de um conjunto de centros de interesse interconectados e, na identificação do lugar onde os acontecimentos mais marcantes ocorrem, por vezes estes ocorrem no centro, mas os artistas mais estimulantes são aqueles que vivem simultaneamente no centro e na periferia (Hall 2001: 21-22), ou nas zonas fronteiriças da semiperiferia.

O escritor que se apodera de um espaço autónomo de criação artística espera uma promessa de transformação, uma “verdadeira metamorfose em que as leis da natureza são vencidas, pois o fogo que arde, em vez de cinza,

produz o reverso e transforma a cinza em labareda” (Arendt 1958: 126). E é neste sentido que a criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspetos, de tal forma que a explicação dos seus produtos tem de ser encontrada neles mesmos e “como conjunto de obras de arte a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões” (Candido 2006: 163).

O universo do escritor, quando imerso no seu ofício é feito de linguagem, ou melhor, o significado das palavras com que o isolamento é conquistado ao vazio e o nada é preenchido. Mesmo se essa linguagem incorpora instintivamente o local ou o nacional, a escrita é determinada pela transformação, desterritorialização e recriação do contexto controlado pelo escritor. Havendo na vestimenta dessa escrita decerto traços identitários do local e do nacional, par a par com acervos de especificidades históricas, culturais ou mesmo sociopolíticas, é o escritor quem redesenha esses traços temática e morosamente, utilizando a linguagem, seu artifício, para definir o significado do transladar do local ou nacional, de e para o mundo. Em viagem ao redor da órbita do que é o sentir e ver humano. Esse é o começo da escrita.

Referências bibliográficas

- AGUALUSA, José Eduardo (2014a): “O boom nigeriano” Em: *Rede Angola*, 23.04.2014. <<http://www.redeangola.info/opiniao/o-boom-nigeriano>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- AGUALUSA, José Eduardo (2014b): “Lingualdade”. Em: *Rede Angola*, 27.04.2014. <<http://www.redeangola.info/opiniao/lingualdade>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- AGÊNCIA ANGOLA PRESS (2007): “Redacção da história da literatura angolana baseia-se no método histórico”. Em: *Portalangop*, 06.04.2007. <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2007/3/14/Redacao-historia-literatura-angolana-baseia-metodo-historico,59b34384-0fba-4b76-835d-d3d935523030.html>(Consultado em 18 de abril de 2015).
- ARENDT, Hannah (1958): *The Human Condition*. Chicago / London: The University of Chicago Press.
- ASHCROFT, Bill / GRIFFITHS, Gareth / TIFFIN, Helen (2003): *The Empire Writes Back*. London: Routledge.
- BAAZ, Maria Eriksson (2001): “Introduction-African Identity and the Postcolonial”. Em: BAAZ, Maria Eriksson / PALMBERG, Mai (orgs.): *Same and Other-Negotiating African Identity in Cultural Production*. Stockholm: Nordiska Afrikainsitutet, pp. 14-15.

- BACH, Carlos Batista (2011): “José Eduardo Agualusa e o cânone literário angolano”. Em: *Nau Literária: crítica e teoria de literaturas*, 7, 1, pp. 1-10.
- BATISTA, Abel Barros (2008): “O cânone como formação – A teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”. Em: PETROV, Petar (Ed.), *Meridianos lusófonos, prêmios Camões (1989-2007)*. Lisboa: Roma Editora, pp. 199-222.
- BROOKSHAW, David Rowan (2002): “Voices from Lusophone Borderlands: The Angolan Identities of António Agostinho Neto, Jorge Arrimar and José Eduardo Agualusa”. Em: *Maynooth University Papers in Spanish, Portuguese and Latin American Studies*, 4. <[https://www.nuim.ie/sites/default/files/assets/document/D%20Brookshaw%20talk%20Mar%2002%20\(4\).pdf](https://www.nuim.ie/sites/default/files/assets/document/D%20Brookshaw%20talk%20Mar%2002%20(4).pdf)> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- CANDIDO, Antonio (2006): “Literatura de dois gumes”. Em: CANDIDO, Antonio (2006): *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul.
- COSTA, Sara Figueiredo (2013): “Livros: as regras do negócio”. Em: *Le Monde Diplomatique* – Versão Portuguesa, Dezembro 2013.
- DELEUZE, Gilles / GUATTARI, Félix (1992): *O que é filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- DE LOURENÇO, André Luís Cabral (2005): “Semiperiferia: uma hipótese em discussão”. Em: *Revista Economia e Sociedade*, 14, pp. 177-186.
- DUARTE, de Assis Eduardo / FONSECA, Maria Maria Nazareth Soares (2011): *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais.
- DYLAN, Thomas (1952): “Blithe spirits. A palm-wine drinkyard by Amos Tutuola”. Em: *The Observer*, 06.07.1952. <<http://www.theguardian.com/books/interactive/2013/oct/05/dylanthomas-wales>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- FILHO, Antonio Gonçalves (2011): “Brasil aborda herança Africana para as letras do país”. Em: *Estadão*, 14.10.2011. <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,literatura-e-afrodescendencia-no-brasil-aborda-heranca-africana-para-as-letras-no-pais,785499>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- FORTUNA, Claudio: (2013): “Viriato da Cruz foi o ideólogo da angolanidade”. Entrevista com Carlos Serrano. Em: União de Escritores Angolanos: *www.ueangola.com*. <<http://www.ueangola.com/entrevistas/item/891-viriato-da-cruz-foi-o-ideologo-da-angolanidade-diz-academico-carlos-serrano>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- FREYRE, Gilberto (1940): *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FRÔ, Maria (2013): “Nota de repúdio pela ausência de escritores negros na Feira de Frankfurt”. Em: *Portal Forum*, 13.10.2014. <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2013/10/13/nota-de-repudio-pela-ausencia-de-escritores-negros-na-feira-de-frankfurt>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- GAIVÃO, Luís Mascarenhas (2013): “Língua Portuguesa: de colonial, global e transcultural a localizada, do Sul e com crescente valor económico”. Em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (org.). Atas/Anais: AICL <http://www.ces.uc.pt/doutoramentos/utl/info.php?id_lingua=1&id_doutoramento=8&id_investigador=652> (Consultado em 18 de abril de 2015).

- GUPTA, Akhil / FERGUSON, James (2002): "Beyond 'Culture': Space, Identity, and the Politics of Difference". Em: INDA, Jonathan Xavier / ROSALDO, Renato (orgs.): *The Anthropology of Globalization*. Malden, Mass.: Blackwell Publishers, pp. 65–80.
- HALL, Stuart, (2001): "Museums of Modern Art and the End of History". Em: HALL, Stuart / MAHARAJ, Sarat (orgs.): *Modernity and Difference*. London: Iniva, pp. 21–22.
- HELGESSON, Stefan (2001): "Black Atlantic". Em: BAAZ, Maria Eriksson / PALMBERG, Mai (orgs.): *Same and Other-Negotiating African Identity in Cultural Production*. Stockholm: Nordiska Afrikainsitutet, pp. 32–34.
- INDA, Jonathan Xavier / ROSALDO, Renato (2002): *The Anthropology of Globalization - A Reader*. Oxford: Blackwell Publishing.
- JABBAR, Siji (2014): "African identity in a globalized world". Em: *This is Africa* 17.03.2014. <<http://thisisafrika.me/africanidentity-in-a-globalised-world>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- KANDJIMBO, Luís (2010): "A literatura Angola, a formação de um cânone literário mínimo de língua portuguesa e as estratégias da sua difusão e ensino." Em: União de Escritores Angolanos: www.ueangola.com, 06.01.2010. <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/58-a-literatura-angola-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-um-c%C3%A2none-liter%C3%A1rio-m%C3%ADnimo-de-l%C3%ADngua-portuguesa-e-as-estrat%C3%A9gias-da-sua-difus%C3%A3o-e-ensino>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- KHADIM, Ndiaye (2014): "O francês, a francofonia e nós" Em: *Buala*, 15.12.2014. <<http://www.buala.org/pt/a-ler/o-frances-a-francofonia-e-nos>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- KHAN, Sheila (2011): "A recusa do esquecimento em a casa-comboio". Em: *Via Atlântica*, 19, pp. 121–134.
- LANÇA, Marta (2008): "A lusofonia é uma bolha". Em: *Jogos sem fronteiras*, julho 2008. Lisboa: Edições Antipáticas. <<http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/a-lusofonia-e-uma-bolha>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- LARANJEIRA, Pires (1987): "Formação e desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa". Em: AA.VV.: *Literaturas africanas de língua portuguesa. Compilação das comunicações apresentadas durante o Colóquio sobre Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian et al., pp. 15–23.
- LEITE, Ana Mafalda (2008): "A Oficina narrativa da poesia na escrita de José Craveirinha". Em: Petrov, Petar (org.): *Meridianos lusófonos, prémios Camões (1989-2007)*. Lisboa: Roma Editora, pp. 45–56.
- LOURENÇO, Eduardo (1999): *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, pp. 181.
- LUNA, João Carlos / SILVA, Lucas Victor (2011): "Angola sob a estação das chuvas: história e a literatura na escrita de José Eduardo Agualusa". Em: *Cadernos do tempo presente*, 5, 05.10.2011. <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2622/2252>> (Consultado em 18 de abril de 2015).

- LUSA (2007): “Primeira História da Literatura angolana vai ser publicada em 2012”. Em: *Público*, 05.04.2007. <<http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/primeira-historia-da-literatura-angolana-vai-ser-publicada-em-2012-1290411>> (Consultado em 15 de julho 2015).
- LUSA (2011): “Túmulos nos Jerónimos não conterá as ossadas de Camões”. Em: *Diários de Notícias*, 09.06.2011. <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1874430&page=-1> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- MAZRUI, Ali A. (2010): “África desde 1935”. Em: *História geral da África*, Vol. VIII. Brasília: UNESCO / Ministério da Educação do Brasil - Universidade Federal de São Carlos, pp. 559, 676-677.
- MBEMBE, Achilles (2002): “African modes of self-writing” (translated by Steven Rendall). Em: *Public Culture*, 14, 1, pp. 239-273.
- METZ, Michaela (2013): “140 Schattierungen von Braun”. Em: *Süddeutsche Zeitung*, 04.08.2013. <<http://www.sueddeutsche.de/kultur/rassismus-in-brasilien-schattierungen-von-braun-1.1737750>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- MUDIMBE, Vumbi Yoka (1997): *Tales of Faith: Religion as a Political Performance in Central Africa*. London: Anthlone Press.
- NJAMI, Simon (2006): *Catalogue of the Exhibition Africa Remix: Contemporary Art of a Continent*. Johannesburg: Jacana Media.
- NJAMI, Simon (2013): “The City in the Blue Day”. Em: *Higher Atlas* (Website of the Marrakech Biennale 4, 2012). <<http://www.higheratlas.org/pdf/simon%20njam%20EN.pdf>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- NUNES, Andreia (2013): *Na semiperiferia do sistema-mundo: Portugal e a ‘Modernização’*. Lisboa: Associação Observatório Político, Working Paper #32. <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2013/07/WP_32_AN2.pdf> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- NOTÍCIAS SAPO (2008): “Angola: José Eduardo Agualusa considera Agostinho Neto poeta medíocre e é ameaçado com processo judicial”. Em: *Portal Sapo*, 08.04.2008. <<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/612eabd7d697f6fe796b1.html>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- PAGE, Martin (2002): *The First Global Village: How Portugal Changed the World*. Lisboa: Casa das Letras.
- PINHO, Patrícia de Santana (2004): *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume.
- PONSO, Letícia Cão (2011): “Políticas linguísticas atuais em Angola e Moçambique: o modelo monolinguista do Estado nacional europeu x o modelo plurilíngue das nações africanas”. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- RITTELMEYER, Helen (2014): “Up from Colonialism”. Em: *Claremont Review of Books*, XIV, 1. <http://www.claremont.org/article/up-from-colonialism/#.VTIt_Wd0ycw> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- RUSHDIE, Salman (1991): *Imaginary Homelands: Essays & Criticisms*. London: Grant Books.

- SANTA CRUZ, Maria de (1987): “Luandino e a Maka de Babel”. Em: VV.AA.: *Literaturas africanas de língua portuguesa. Compilação das comunicações apresentadas durante o Colóquio sobre Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian et al., pp. 205-214.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994): “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”. Em: *Tempo Social. Revista de sociologia da Universidade de São Paulo*, 5, 1-2, pp. 31-52. <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0512/Modernidade.pdf>> (Consultado em 23 de junho de 2015).
- SANTOS, Emanuelle / SCHOR, Patricia (2013): “An interview with Ella Shohat and Robert Stam. Brazilians are not travelling enough: On post-colonial theory and analogous counter-currents”. Em: *Buala*, 01.10.2013. <<http://www.buala.org/en/to-read/an-interview-with-ella-shohat-and-robert-stam>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- TORRÃO, Nazaré (2011). “Literatura e a contínua reinvenção da identidade nacional ‘Rio Seco’ de Manuel Rui”. Em: *Buala*, 24.06.2011. <<http://www.buala.org/pt/a-ler/literatura-e-a-continua-reinvencao-da-identidade-nacional-rio-seco-de-manuel-rui>> (Consultado em 18 de abril de 2015).
- WALLERSTEIN, Immanuel (1984): *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2004): *World System Analysis: An introduction*. Durham/London: Duke University Press.